



Resumo de Notícias

22/02/2016 - Convergência Digital

Na Anatel, Aníbal Diniz defende acordo das multas com a Oi, mas questiona valores

Avança devagar na Anatel os termos de um acordo com a Oi para trocar multas por investimentos. Em valores não atualizados, são R\$ 1,18 bilhão em sanções pelo descumprimento de obrigações de qualidade e de metas de universalização. Mas como destacou nesta quinta, 18/2, o conselheiro Aníbal Diniz, nem mesmo o montante está devidamente esclarecido.

Em princípio, o segundo a votar no tema concorda com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta na forma como apresentada pelo relator, Rodrigo Zerbone, em dezembro passado. A ideia é obrigar a operadora a implantar redes, de fibra óptica ou de rádio de alta velocidade, em 273 municípios de sua área de concessão (principalmente no Centro Oeste e Nordeste).

A proposta (que a Oi pode recusar, por ser diferente do que ela mesma queria) também envolve um projeto de investimento à parte no Rio de Janeiro (não precificado), e o compromisso de que ao fim do prazo do TAC, quatro anos, os indicadores de qualidade e metas de universalização da empresa estarão dentro dos parâmetros mínimos definidos pela Anatel.

Aníbal Diniz, no entanto, ressaltou não ter identificado devidamente os componentes do montante em discussão, bem como como serão efetivamente cumpridas metas de qualidade que, como relatou, a Oi já diz serem impossíveis de atingimento.

O posicionamento do conselheiro praticamente

rachou o colegiado diretor. Autor da proposta, Zerbone reclamou. Ou o senhor traz uma solução melhor, ou propõe diligência". O presidente da agência, João Rezende, parece ter ficado ainda mais contrariado. "É um voto contraditório. Acho que no fundo é contra o TAC", disparou.

Já o conselheiro Otávio Rodrigues Jr, embora sem adiantar posicionamento, indicou alinhar-se com as preocupações de Diniz. Na dúvida – e em um esforço para superar a cizânia no Conselho – Igor de Freitas pediu vista e deve apresentar um consolidado do que é converge e diverge entre os votos até aqui.

Há, ainda, uma clara preocupação – várias vezes mencionadas no debate – com o Tribunal de Contas da União. Vale lembrar que o TCU suspendeu a assinatura do TAC com a Oi ainda no ano passado, determinando que antes os termos precisam passar pelo crivo da corte de contas.

Um grande temor descrito é de que as divergências enfraqueçam a posição da agência junto ao TCU. Por outro lado, como o próprio Tribunal já viu sinais de irregularidades, vale uma dose de precaução. Ou, nas palavras de Diniz: "Alertei aspectos que podem, se incorporados ao relatório, torná-lo mais consistente e seguro do ponto de vista jurídico de forma a não deixarmos lacunas que possam ser questionadas no futuro."

22/02/2016 - Telesíntese

Governo corta R\$ 23,4 bi do orçamento mas satélite da Telebras continua prioritário

Além do satélite, que deverá ser lançado no final deste ano, os outros programas prioritários são o habitacional "Minha Casa Minha Vida", a Transposição do Rio São Francisco, construção de rodovias e ferrovias estruturantes e as Olimpíadas e Paralimpíadas 2016.

Os ministérios da Minas e Energia, Saúde e Educa-

ção sofreram os maiores cortes, no valor total de R\$ 6,980 bilhões. O Ministério das Comunicações perderá R\$ 62 milhões e passará para um orçamento de R\$ 241 milhões e o da Ciência e Tecnologia, outros R\$ 81 milhões, passando para R\$ 4 bilhões.

O governo aumentou a projeção de queda de PIB para este ano, de -1,9% para -2,9%



Resumo de Notícias

19/02/2016 - Instituto Telecom

Teles recolhem R\$ 9 bi aos fundos setoriais em 2015

As operadoras recolheram, em 2015, R\$ 9 bilhões aos fundos setoriais, de acordo com levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil). Esses valores, somados a outros impostos, chegam a uma cifra anual próxima de R\$ 60 bilhões, o que está ultrapassando o limite de capacidade contributiva das empresas e mina a capacidade de investimento das prestadoras, afirma a entidade.

Segundo a associação, o valor de R\$ 946 milhões repassados para a Condecine representa um percentual significativo do lucro anual das empresas. “Em 2014, por exemplo, o valor da Condecine foi de R\$ 879 milhões, o equivalente a 25% do lucro das prestadoras”, reclama a Telebrasil. A contribuição das teles a essa taxa foi suspensa por liminar da justiça.

De acordo com a nota da Telebrasil, a maior parte dos R\$ 9 bilhões vai para o Fundo de Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações (Fistel), que só no ano passado recolheu R\$ 5,36 bilhões. Para o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), foram recolhidos R\$ 3,05 bilhões e para o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funtel) R\$ 633 milhões.

Ao todo, de 2001 a 2015, já foram repassados para o governo R\$ 90 bilhões, sendo R\$ 63,5 bilhões para o Fistel, R\$ 20,8 bilhões para o Fust e R\$ 5,7 bilhões para o Funtel. Ainda segundo o levantamento, desse total de R\$ 90 bilhões, apenas 7% dos recursos foram aplicados pelo governo no setor de telecomunicações.

19/02/2016 - Teletime

Alteração das regras para compartilhamento de infraestrutura é novamente adiada na Anatel

A Anatel adiou, mais uma vez, a votação da proposta de alteração do regulamento de compartilhamento de infraestrutura, que vem tramitando na agência desde 2011. A principal mudança prevista, inicialmente, seria definir os critérios de compartilhamento das antenas antigas, instaladas com menos de 500 m de distância, como determinava o do artigo 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que poderia envolver mais de 40 mil estações radiobase (ERBs).

Com a aprovação da Lei das Antenas (nº 13.116/2015), a exigência de compartilhamento foi reduzida para as ERBs instaladas a partir de maio de 2009. Antes disso, em meio à troca de relatores, foi proposta a adoção de medidas para que empresas não detentoras de Poder de Mercado Significativo (PMS), muitas vezes não reguladas pela Anatel, pudessem ofertar insumos no atacado por meio do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (SNOA). Para isso, foi criado o módulo Sistema de Oferta de Insu-

mos de Atacado (SOIA), ativado em maio de 2015.

No final do ano passado, a área técnica da Anatel propôs uma revisão ampla do regulamento considerando, em especial, que a norma atual possui potenciais contradições e conflitos com algumas inovações regulamentares levadas a cabo desde sua publicação em 2001, com destaque para o Regimento Interno da agência e o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). Entre as alterações propostas está a inclusão das informações georreferenciadas entre os dados que devem ser disponibilizados pela detentora da infraestrutura por meio do módulo SOIA.

Por causa das mudanças substanciais, o atual relator da matéria, conselheiro Rodrigo Zerbone, propôs, na reunião do Conselho Diretor desta quinta-feira, 18, que o processo fosse enviado à procuradoria especializada da agência para que, no prazo de 60 dias, manifeste-se quanto à proposta de alteração.

22/02/2016 - Vermelho

Lula mira na Globo: não tenho casa em Paraty, nem uso empresa fantasma



Na semana em que se revelou – com 25 anos de atraso – o escândalo envolvendo FHC, a ex-amante e a rede de proteção midiática que blindou o PSDB, as três revistas semanais de maior circulação no país ignoraram a denúncia contra o ex-presidente tucano.

Para a mídia velha, pouco importa que FHC tenha usado a Brasif (uma empresa que ganhou espaços dos aeroportos para operar freeshops, durante o governo do PSDB) para mandar dinheiro à ex-amante – como revelou Mirian Dutra, uma ex-jornalista da Globo que foi amante de Fernando Henrique.

Pouco importa que a Brasif tenha doado recursos à campanha de FHC. Pouco importa que a Globo (também concessionária de serviço público) tenha participado da trama para esconder a jornalista na Europa – a fim de evitar o escândalo de um filho do presidente fora do casamento.

Nada disso virou capa das revistas. Era de se esperar.

O jornalismo brasileiro não se importa em saber: por que, afinal, a Brasif funciona no mesmo endereço, em Belo Horizonte, onde fica a sede da empresa em nome da qual está registrada a mansão construída pelos irmãos Marinho numa área de proteção ambiental em Paraty?

171: esse é o número do imóvel em BH que une a empresa (de fachada?) usada pela família Marinho e a Brasif - como você pode ler aqui.

Em vez de dedicar uma edição ao escândalo do

tucanato, depois de 287 edições contra Lula, a revista da marginal dá nova capa com ataques ao petista.

O que fez Lula? Respondeu, com uma nota irônica, em que mostra disposição de travar uma luta frontal contra aqueles que pretendem destruí-lo.

Lula negou mais uma vez que seja o dono do sítio de Atibaia e do apartamento no Guarujá. E numa nota endereçada à TV Record (que solicitara explicações, diante do ataque de Veja), Lula reafirmou que “ não é e nunca foi dono de imóveis em Guarujá, Atibaia, Paraty ou outros lugares apazíveis. Nunca registrou propriedade pessoal em nome de empresas fantasmas ou em paraísos fiscais” .

O recado está dado. E certamente deve preocupar a família Marinho.

Lula segue em situação delicada, sob ataque cerrado. Mas a Globo e os Civita que se preparem para uma guerra total: se o petista se recuperar (o que não é impossível) e ganhar a Presidência em 2018, as relações com o cartel midiático que pensa mandar no Brasil jamais voltarão a ser amistosas.

A guerra está declarada.

Abaixo, a nota publicada neste sábado (20) no site do Instituto Lula

Nota enviada à Rede Record sobre a capa da revista Veja

O ex-presidente Lula já comprovou com documentos – inclusive sua declaração de Imposto de Renda – que jamais ocultou patrimônio.

Lula não é e nunca foi dono de imóveis em Guarujá, Atibaia, Paraty ou outros lugares apazíveis. Nunca registrou propriedade pessoal em nome de empresas fantasmas ou em paraísos fiscais.

A repetição de teses caluniosas sobre Guarujá e Atibaia tem o objetivo de ligar o ex-presidente a processos em que ele não é investigado e sequer citado. Lula reside em São Bernardo, no mesmo apartamento em que morava antes de ser presidente da República. Nunca desrespeitou a lei, antes, durante ou depois de governar o país.

É ilegal e vergonhosa a invasão de privacidade a que Lula e sua família vêm sendo submetidos por determinados agentes do Estado e veículos da imprensa.



Resumo de Notícias

21/02/2016 - Vermelho

Requião: 6 razões para a Petrobras ser operadora única do pré-sal

Este é o pior momento possível para vender uma grande reserva de petróleo de baixo custo. A Petrobras é fundamental para a segurança estratégica do Brasil.



1. Este é o pior momento possível para vender uma grande reserva de petróleo de baixo custo.

Os preços do petróleo estão sendo mantidos artificialmente baixos em razão de conflagração internacional pelo controle do mercado. Em breve, os preços retomarão o seu curso normal (em torno de US\$ 80 o barril) e o petróleo voltará a ser uma grande fonte de lucros.

Hoje dezenas de petrolíferas com alto custo de extração de petróleo estão falindo e sendo vendidas por preço de banana em todo mundo.

É graças ao pré-sal que a Petrobras consegue manter alta lucratividade mesmo com os atuais preços do petróleo.

Apenas as nações fortes e corajosas conseguirão manter suas reservas num momento de baixos preços.

2. Sem o pré-sal a Petrobras entraria em falência
Todas as petrolíferas mundiais estão com alto endividamento e com dificuldades financeiras em razão dos baixos preços do petróleo.

A Petrobras está obtendo lucros operacionais graças aos baixos custos de extração e alta produção obtida no pré-sal.

O pré-sal já é hoje a principal fonte de lucro da Petrobras e será a salvação da empresa, sendo a fonte de

recursos que saldará suas dívidas.

O pré-sal é a última grande reserva de petróleo disponível no mundo com baixos custos de extração (US\$ 9 o barril).

O custo de extração do pré-sal é baixo em razão da alta produtividade dos poços, da alta tecnologia desenvolvida pela Petrobras.

A carga tributária no pré-sal é uma das menores do mundo para grandes jazidas de petróleo.

Todas as petrolíferas mundiais gostariam de estar no pré-sal para resolver seus problemas financeiros e voltarem a lucrar.

3. A Petrobras é fundamental para a segurança estratégica do Brasil.

A cadeia de petróleo e gás é a espinha dorsal da economia brasileira e do financiamento do Estado Nacional.

A Petrobras, sua cadeia produtiva e renda gerada indiretamente por elas são responsáveis por 20% do PIB brasileiro.

Dezenas de bilhões de reais em impostos que são investidos em saúde, educação e serviços sociais dependem dessa cadeia.

O próprio desenvolvimento tecnológico nacional e grande parte da nossa indústria de máquinas, equipamentos e setores estratégicos dependem da Petrobras e, agora, do pré-sal. A Petrobras é a maior geradora de patentes do país.

4. O desemprego assola o país. A Petrobras e suas operações no pré-sal são de extrema importância para a retomada do desenvolvimento e para combater o desemprego.

A Petrobras é a espinha dorsal do desenvolvimento industrial brasileiro. Comanda a maior cadeia produtiva do país, que responde direta e indiretamente por cerca de 15% da geração de emprego e renda no Brasil. São milhões de famílias.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/276524-2>



Resumo de Notícias

22/02/2016 - Rede Brasil Atual

Economia com horário de verão foi de R\$ 162 milhões, diz ONS

Horário de verão terminou na virada de sábado para domingo, quando os ponteiros dos relógios foram atrasados em uma hora

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou na última sexta-feira (19) que o País economizou R\$ 162 milhões durante o horário de verão deste ano, que se encerrou na virada de sábado para este domingo (21), quando os ponteiros dos relógios foram atrasados

em uma hora). A economia foi possível porque, com o horário diferenciado, não foi preciso adicionar mais energia de usinas termelétricas para garantir o abastecimento nos horários de pico.

O horário de verão vigorou nos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal.

A expectativa inicial do ONS, no início do horário de verão, era de uma economia de R\$ 240 milhões em função da diminuição de geração térmica. O operador ainda não explicou porque a meta não foi atingida.

A diminuição de demanda equivale a uma redução de energia de 0,5% da carga nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, onde o horário de verão foi



implementado. Segundo o ONS, a continuidade da aplicação do horário de verão representa um custo evitado de investimento no sistema elétrico de R\$ 7,7 bilhões, que seriam necessários caso a medida não fosse adotada.

Nos 126 dias em que o horário diferenciado vigorou, houve uma redução da demanda no horário de pico de consumo de 2.598 megawatts (MW), sendo 1.950 MW no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, e 648 MW no subsistema Sul. Esta redução representa aproximadamente 4,5% da demanda de ponta dos dois subsistemas. No caso do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, a redução equivale a uma vez e meia a carga no horário de ponta de Brasília. No Sul, representa o dobro da carga no horário de ponta de Florianópolis.

“O principal benefício do horário de verão é o aumento da segurança operacional, resultante da diminuição dos carregamentos na rede de transmissão, proporcionando maior flexibilidade operativa para a realização de manutenção em equipamentos”, informou o ONS.